

2012 (abril) a 2012 (dezembro): Subinspetora Geral da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território (em regime de substituição), responsável pelas áreas de ambiente e ordenamento do território

2011 (setembro) a 2012 (abril): Diretora do Departamento de Operações de Gestão de Resíduos (em regime de substituição) da Agência Portuguesa do Ambiente

2009 (março) a 2011 (agosto): Chefe de Divisão de Resíduos Especiais e Solos Contaminados da Agência Portuguesa do Ambiente

2007 (junho) a 2009 (março): Chefe de Divisão de Resíduos Setoriais e Solos Contaminados da Agência Portuguesa do Ambiente

1995 a 2007: Técnica Superior no Instituto do Ambiente, Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo, Direção Regional do Ambiente e Ordenamento do Território de Lisboa e Vale do Tejo, Direção Regional do Ambiente de Lisboa e Vale do Tejo, com desempenho de funções designadamente nas áreas de licenciamento, gestão de resíduos e prevenção e controlo integrado da poluição

1993 a 1995 — Bolseira pelo Instituto Superior Técnico como jovem investigadora, integrada no grupo de Eletrónica Molecular do Centro Multidisciplinar de Circuitos, Sensores e Tecnologia para Microssistemas

Comités técnicos e grupos de trabalho a nível nacional e comunitário: Representação nacional no Marine Strategy Coordination Group, no âmbito do Common Implementation Strategy da Diretiva-Quadro Estratégia Marinha. Representação nacional no grupo de trabalho da OSPAR — Intersectoral Correspondence Group on the Marine Strategy Framework Directive.

Comissão permanente de acompanhamento para a responsabilidade ambiental. Conselho consultivo para a responsabilidade ambiental. Comissão de acompanhamento para a harmonização de procedimentos e normas técnicas para a gestão de resíduos. Observatório nacional dos CIRVER. Comissão consultiva para a prevenção e controlo integrado da poluição. Comissão técnica para a valorização de resíduos em obras de geotecnia, grupo de trabalho para a revisão do plano estratégico de resíduos hospitalares. Comissão de acompanhamento para a construção da central de tratamento de RSU da Valorsul.

Representação nacional no Grupo de correspondentes a nível da UE para o movimento transfronteiriço de resíduos. Representação nacional no Grupo de peritos a nível da UE para a responsabilidade ambiental. Grupos técnicos para a elaboração/revisão dos documentos de referência sobre melhores técnicas disponíveis ao nível do European IPPC Bureau

Apresentação de comunicações em diversos seminários, conferências e cursos nas áreas de gestão de resíduos, responsabilidade ambiental e prevenção e controlo integrado da poluição.

209265675

### Despacho n.º 1263/2016

No uso das competências que me foram delegadas pelo Diretor-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos, através do Despacho n.º 8900/2014, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 131, de 10 de julho de 2014, alterado pelo Despacho n.º 15541/2014,



## PARTE D

### SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA

#### Despacho n.º 1264/2016

Nos termos do disposto nos artigos 1.º e 5.º do Decreto-Lei n.º 188/2000, de 12 de agosto, alterado pelo Decreto-Lei n.º 74/2002, de 26 de março, nomeio para o lugar de adjunto do meu Gabinete o Dr. Carlos Angelino Ferreira Madeira.

8 de janeiro de 2016. — O Presidente do Supremo Tribunal de Justiça, *António Henriques Gaspar*.

209264646

### CONSELHO SUPERIOR DA MAGISTRATURA

#### Deliberação (extrato) n.º 51/2016

Por deliberação do Plenário do Conselho Superior da Magistratura de 01.12.2015, foi anulada, com efeito retroativo, a de-

publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 247, de 23 de dezembro de 2014, ao abrigo do disposto no artigo 46.º do Código de Procedimento Administrativo e do artigo 109.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), considerando que se torna necessário garantir uma maior celeridade e eficácia às decisões administrativas, através da redução dos circuitos de decisão, subdelego, com poderes de subdelegação:

1 — No Diretor de Serviços de Administração Geral, licenciado Pedro Paulo Branco Ramires Ferreira Nobre a competência para:

a) Autorizar as despesas com locação ou aquisição de bens móveis e aquisição de serviços até ao montante de € 5.000,00 (cinco mil euros), nos termos da alínea a) do n.º 1 do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, incluindo a competência para as decisões de contratar, de escolha do procedimento, da designação do júri do procedimento, de adjudicação, de aprovação da minuta do contrato e de outorga do mesmo prevista nos artigos 36.º, 38.º, 40.º, 67.º, 73.º, 98.º e 106.º do CCP, bem como exercer os poderes de direção e fiscalização da execução do contrato;

b) Autorizar os Pedidos de Autorização de Pagamento (PAP), por conta dos orçamentos executados pela Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos (DGRM);

c) Determinar a reposição de dinheiros públicos que devam reentrar nos cofres do Estado, por compensação, por dedução ou por guia, nos termos do Decreto-Lei n.º 155/92, de 28 de julho, na sua atual redação;

d) Garantir a elaboração e atualização do diagnóstico de necessidades de formação da DGRM, com base neste, a elaboração do respetivo plano de formação, individual ou em grupo, bem como efetuar a avaliação dos efeitos da formação ministrada ao nível da eficácia do serviço e do impacto do investimento efetuado;

e) Praticar todos os atos relativos à aposentação do pessoal, salvo no caso de aposentação compulsiva, e, em geral, todos os atos respeitantes à segurança social, incluindo os referentes a acidentes de serviço;

f) Qualificar como acidente em serviço os sofridos pelo pessoal e autorizar as respetivas despesas;

g) Autorizar o processamento de despesas cujas faturas, por motivo justificado, deem entrada nos serviços para além do prazo regulamentar;

h) Assinar a correspondência ou o expediente necessário à gestão da Direção de Serviços de Administração Geral.

2 — Na Diretora de Serviços Jurídicos, licenciada Fernanda da Piedade Martins Chilrito Mendes Bernardo, a competência para assinar a correspondência ou o expediente necessário à gestão da respetiva Direção de Serviços.

3 — O presente despacho produz efeitos a partir da data da sua assinatura, considerando-se ratificados nos termos do n.º 1 do artigo 164.º do Código de Procedimento Administrativo, todos os atos praticados, pelo Diretor de Serviços identificados nos números 1 e 2, desde as datas da sua designação em comissão de serviço e que se incluam no âmbito da presente subdelegação de competências.

28 de dezembro de 2015. — O Subdiretor-Geral, *Carlos Miguel Arrais*.  
209267068

liberação de nomeação de Juizes Militares, ocorrida na sessão Plenária Extraordinária do Conselho Superior da magistratura de 14.07.2015 e foram nomeados, como juizes militares, os seguintes militares/oficiais:

Tribunal Judicial da Comarca de Lisboa — Instância Central — Secção Criminal

Exército — Coronel Tirocinado, na reserva, Jorge Manuel Vieira Alves Ferreira; e

Tribunal Judicial da Comarca do Porto — Instância Central — Secção Criminal

Marinha — Capitão de Mar e Guerra, na reserva, António Henrique Maló Rocha de Freitas.

8 de janeiro de 2016. — O Juiz-Secretário do Conselho Superior da Magistratura, *Joel Timóteo Ramos Pereira*.

209261779